

## CGD: milhões de lucro tostões para os trabalhadores

**A Caixa faz tábua rasa das recomendações do Primeiro-Ministro, ignora o despacho conjunto das Finanças e do Tesouro e nega aos trabalhadores o incremento salarial de 1% aplicável às empresas públicas do Setor Empresarial do Estado, nas quais está incluída. Os Sindicatos não aceitam.**

MAIS, SBC e SBN reuniram-se com os representantes da CGD no dia 23 de maio, convictos de que o Banco público iria comunicar o processamento da atualização de mais 1% aos trabalhadores, em consonância com a decisão governamental. Mas pasme-se: a Caixa informou que não evoluiria na sua proposta e pretendia, sim, que os Sindicatos subscrevessem o acordo proposto.

Mais um passo neste longo processo, num Banco que trimestralmente anuncia milhões de lucros. Recorde-se: Em março, na anterior reunião de negociação de revisão do AE da CGD, foi proposto aos Sindicatos:

- Na tabela salarial, um aumento de 76€ para todos os níveis;
- Nas cláusulas de expressão pecuniária, um aumento de 5% para a generalidade das rubricas, com exceção do subsídio de refeição diário (para 12,50€), subsídio de nascimento (900€), subsídio de trabalhador estudante (24,74€) e crédito à habitação (250.000€).

Os Sindicatos não aceitaram esta proposta, pois sempre defenderam que a CGD estava em posição de ir mais longe do que o Acordo de Concertação Social e está, também, em muito melhores condições para incrementar as atualizações já processadas, nomeadamente face aos lucros entretanto anunciados. Por isso, ainda bem que não o fizeram.

### Desrespeito pela tutela

Porque, entretanto ....

O primeiro-ministro reconheceu em março que, face a uma inflação média anual efetiva de 7,8% em 2022, superior em 0,4 pontos à esperada pelo Executivo (7,4%), o Governo teria de proceder a uma atualização salarial adicional aos aumentos já atribuídos, facto pelo qual aprovou, em abril, o incremento de 1% relativamente aos 5,1% inicialmente previsto.

E, no dia 12 de maio, foi aprovado por despacho do secretário de Estado das Finanças e do secretário de Estado do Tesouro (aplicável à CGD):

*"Atento o disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril, as empresas públicas do setor empresarial do Estado podem proceder, em 2023, a um aumento adicional da massa salarial global até mais 1% devendo, em concretização daquele Acordo, e no respeito pela contratação coletiva e no quadro das opções de gestão que forem consideradas mais adequadas, visar assegurar, desde logo, uma efetiva valorização nominal do ganho por cada trabalhador".*

O despacho abrange a função pública em geral ... logo, a CGD, que está em muito melhores condições para incrementar as atualizações já processadas, nomeadamente face aos lucros entretanto anunciados.

### Sindicatos insistem

No entanto, a CGD fez tábua rasa das normas transmitidas pela tutela, negando-se a atualizar ao AE em mais 1%.

Face a esta posição, MAIS, SBC e SBN não deram a sua anuência ao acordo, considerando que a CGD tem condições para aplicar este adicional – que claramente não terá impacto nas suas contas, mas é justo para os trabalhadores.

Convictos de que a CGD vai reconhecer que os seus trabalhadores merecem e que os Sindicatos têm razão em pugnar pela melhoria das suas condições de vida, estes aguardam que o Banco público repondere a sua posição e cumpra as suas responsabilidades.

**As Direções**

